

Rosângela Morello

Université du Sud de Santa Catarina

Pesquisadora colaboradora no Instituto de Investiga o e Desenvolvimento em Política Ling stica/IPOL



Synergies Brésil n  7 - 2009 pp. 27-36

**Résumé:** *Ce texte traite des politiques de soutien   la diversité au Brésil et montre les avancées et les défis qu'implique la prise en compte de la diversité linguistique. Dans le contexte actuel, les politiques publiques de soutien   la diversité sont considérées comme un facteur et un vecteur de l'équité sociale et de développement économique durable. On montrera que promouvoir le débat des langues non officialisées par l'Etat National participe de ce processus dans la mesure où s'établit alors une relation d'importance de la société avec les technologies de la communication et de l'information, ainsi que la possibilité pour les locuteurs de ces langues de se voir occuper de nouvelles places dans le dialogue politique institutionnel. Dans l'histoire du pays, ce débat met en lumière la pertinence   repenser les mécanismes de soutien et le changement possible des processus d'exclusion de nombreux groupes sociaux des espaces de participation et de représentation politique.*

**Mots-cl s :** *Politiques linguistiques, diversit  linguistique, exclusion sociale*

**Resumo:** *Este texto tematiza políticas governamentais de fomento da diversidade no Brasil, indicando os avanços e os desafios aportados pela considera o da diversidade ling stica. No atual contexto, as políticas públicas de fomento da diversidade são consideradas fator e vetor de equidade social e de desenvolvimento econ mico sustentável. Mostraremos que o foco nas línguas não-oficializadas pelo Estado Nacional contribui com essa perspectiva na medida em que desencadeia uma importante rela o da sociedade com as tecnologias de comunica o e informa o e a possibilidade de emergência de novas posi oes para os falantes dessas línguas se representarem no diálogo político institucionalizado. Na história do país, esse debate coloca em evidência a relevância de se repensar os mecanismos de sustenta o e possível mudança dos processos de exclusão de amplos setores sociais dos espaços de participa o e representa o política.*

**Palavras-chave:** *Políticas ling sticas, diversidade ling stica, exclusão social*

**Abstract:** *This text discusses the governmental policies that promote diversity in Brazil by showing the progresses and challenges caused by linguistic diversity concern. In the current context, public policies that promote such diversity are considered factor and vector of social equity and sustainable economic development. We will show that the focus on non-official languages by the National Government contributes to this perspective so far as it provides an important link between society and communication*

and information technologies as well as between society and the emergence of new political roles of these languages' speakers. Throughout Brazilian history, this debate has been highlighting the importance of rethinking about the mechanisms of support and possible changes on the exclusion processes of broad social sectors of participation and political representation spaces.

**Keywords:** *Linguistic policies, linguistic diversity, social exclusion*

## 1. As diversidades: regiões de múltiplos contornos e potencialidades

Tanto no nível das políticas internas como no das relações internacionais, afirmam-se, atualmente, políticas de fomento e promoção da diversidade cultural como fator e vetor de desenvolvimento econômico e social (*Convenção sobre a proteção e a promoção da diversidade das expressões culturais, Unesco, 2005*). Entre os fatos que marcam essa tendência, dois deles podem ser destacados: i) ela se explicita como crítica a uma certa ordem política de desenvolvimento econômico cujos mecanismos políticos e ideológicos restringiram fortemente a participação e acesso de milhares de cidadãos a práticas de produção e usufruto de bens e serviços promovidos pelos Estados e suas aparelhagens; ii) ela se articula à nova ordem da sociedade do conhecimento e assim interage com as políticas tecnológicas globais de gestão dos recursos naturais e humanos, priorizando políticas de ampliação dos espaços de formulação e acesso aos conhecimentos.

As implicações sócio-culturais, políticas e econômicas dessa tendência têm comparecido em análises sobre a inevitável reformulação do papel do Estado (Santos, 2006) ou ainda sobre as contradições que acompanham o atual investimento massivo no cultural, como as de Canclini para quem “*los dramas históricos se hibridan com discursos de hoy más em movimientos culturales que sociales e políticos*” (Canclini, 2001:27).

De todo modo, um novo leque de perspectivas e demandas sociais se anuncia com esse contexto, em sincronia com o fato de serem essas políticas tomadas como aberturas para se recompor o quadro das diferenças sócio-econômicas. Tais políticas são consideradas canais para uma redistribuição de recursos e bens simbólicos e financeiros. O foco na diversidade pretende, portanto, desinstalar a desigualdade social: a diferença como diversidade não deve equivaler à diferença como desigualdade. Uma vez assumida no âmbito de políticas governamentais, essa perspectiva promove, por sua vez, novas dinâmicas sociais que interferem nos domínios das políticas públicas, reconfigurando as formas tradicionais das demandas e dos meios de atendê-las.

No caso do Brasil, recentes iniciativas nas políticas públicas seguem essa orientação, como podemos observar em diretrizes que focalizam tanto a desconcentração de recursos humanos e financeiros com vistas a dirimir as desigualdades sócio-regionais, quanto o fomento a iniciativas e projetos embasados em discussões e proposições envolvendo os vários setores da sociedade (cf. *Plano Nacional de Cultura: Diretrizes Gerais, Câmara dos Deputados/MINC/*

Governo Federal, 2007<sup>1</sup>; Programa Cultural para o Desenvolvimento do Brasil, MINC/Governo Federal, 2006). Nesse contexto, veremos se implementar, pela primeira vez na história do país, políticas de salvaguarda e sustentação das diferentes línguas brasileiras, além da Portuguesa, como pilares da diversidade cultural (Diversidade Lingüística do Brasil: relatório de Atividades do GTDLB, 2006/2007)<sup>2</sup>. Alinhadas às diretrizes mais gerais das políticas internas e externas para as culturas, as que focalizam a diversidade lingüística inauguram, por seu lado, um novo posicionamento do Estado brasileiro face às línguas, aportando, por isso, desafios ao campo das políticas públicas.

Considerando, então, o atual foco nas políticas de sustentação e fomento da diversidade em prol de maior equidade social e desenvolvimento econômico sustentável, parece-nos importante indagarmos sobre os mecanismos que são mobilizados para a conversão social dessa vontade política no cenário das relações de força e poder que compõem o Estado. Essa indagação é tanto mais relevante quando sabemos que não somente as políticas de reconhecimento e promoção da diversidade lingüística são recentes na história brasileira, como as formas de representação política dos diferentes segmentos sociais nos espaços de diálogo institucionais constituem um ponto cego no jogo político (Sales, 1994). Por isso, os suportes e desdobramentos dessas políticas assumem importância estratégica nesse momento. No que diz respeito à diversidade lingüística, aqui objeto de nossa atenção, suas especificidades aportam transformações no âmbito das culturas políticas, e conduzem a focalizar as condições de produção de instrumentos políticos e administrativos para a sustentação dessa diversidade, de modo a garantir uma atuação agentiva de todos.

Propomos, então, explicitar alguns pontos das políticas para a diversidade lingüística que as qualificam como políticas sociais de longo alcance. Discutiremos, especificamente, seus efeitos sobre a produção de conhecimento vinculada às tecnologias de comunicação, informação e sociais e sobre os mecanismos de representação e participação política de diferentes segmentos sociais.

## 2. Da diversidade das línguas para a diversidade nas línguas

O recente *Plano Nacional de Cultura: diretrizes gerais* (2007), que tramita no Legislativo sob a forma do Projeto de Lei no. 6835, de 2006, representa um importante passo no fortalecimento de consensos para a legitimação de políticas públicas para a cultura. Sensível ao vínculo das práticas culturais às práticas lingüísticas e às tramitações de reconhecimento das línguas não oficiais como objeto de atenção do Estado Brasileiro<sup>3</sup>, esse documento enuncia três importantes indicações para a diversidade lingüística: a) a valorização das línguas indígenas pela produção e tradução de documentos oficiais e pelo seu reconhecimento como línguas oficiais nas regiões onde são praticadas (item 3.7: 69); b) o fomento de línguas e dialetos regionais de grupos étnicos e socioeconômicos diferenciados, valorizando as diversas formas e sistemas de comunicação (item 3.14, pag. 69) e c) fomento da Língua Portuguesa em âmbitos internacionais, sobretudo na CPLP (item 3.12: 69).

Fundamentais para estabelecer princípios para a atuação política por parte dos governos - embora não especifique ações para todas as línguas, entre as quais as africanas e os crioulos - essas indicações desenham um novo espaço de articulação entre as línguas que ficaram de fora do domínio da oficialidade ocupado pela Língua Portuguesa, e com isso, colocam em evidência a necessidade de se implementar mecanismos para sua sustentação, em seus múltiplos usos.

São os desdobramentos desse enfoque sobre as línguas não oficializadas pelo Estado Nacional que nos interessa destacar. Além de suscitar questões de ordem jurídica, discutidas por Soares (2008), a inclusão dessas línguas no programa governamental transforma o seu papel político e seus efeitos sociais.

Consideradas por sua articulação a práticas culturais diversas, as línguas promovem uma diversificação nos meios e instrumentos de formulação e gestão dos conhecimentos, inclusive os que se referem às práticas políticas de gestão pública dos bens sociais. *Pelas línguas promove-se uma diversidade que acontece nas línguas e não somente sobre elas.* Desse modo, ao abarcar a diversidade de línguas - as diferentes línguas - as políticas de fomento da diversidade lingüística disparam processos sociais que impulsionam também a diversidade nas línguas. A atenção a esses processos de diversificação nas línguas retira-as do tradicional papel de objeto de políticas, quase sempre circunscritas a programas de ensino, para tomá-las como instâncias específicas em que as políticas de diversificação - experienciadas como formulação e expressão de sentidos - se materializam socialmente<sup>4</sup>.

Por essas características, a proposição e condução de programas para o fim específico de promoção da diversidade lingüística implica importantes mudanças para as políticas públicas, porque traz para o centro a necessidade de se discernir e promover as condições de fomento da diversificação lingüística. Dando origem às discussões que culminaram na elaboração do primeiro programa para inventariar as Línguas Brasileiras, antes referido, essas mudanças se refratam também em importantes questões para os domínios das tecnologias e da cultura política que formata em grande medida a prática política no Brasil. Sobre esses pontos incide nossa breve discussão a seguir.

### **3. Línguas e Tecnologias: comunicação, informação e vínculos sociais**

A promoção das línguas se articula a ações que atingem, inevitavelmente, os meios e processos de produção de saberes nessas línguas. Essa perspectiva implica conceber os espaços e práticas lingüísticos em sua ligação às políticas públicas de fomento de tecnologias da informação e comunicação, de um lado, e de tecnologias sociais de formulação e gestão de políticas, de outro.

No conjunto dos documentos mencionados, a perspectiva de promoção desses espaços é multiplamente salientada. É recorrente a atenção solicitada à ampliação dos sistemas informatizados de gestão e disponibilização de informações, associada à ampliação das redes de comunicação que garantam o acesso às tecnologias digitais. Nessa investida reconhecemos a necessidade de se atender às demandas oriundas da incontornável presença destas

tecnologias que estruturam a sociedade do conhecimento, e que cada vez mais acentuadamente determinam as relações sociais. Quanto às tecnologias sociais<sup>5</sup>, sua breve menção no Programa Cultural para o Desenvolvimento do Brasil sugere a inclusão nesse processo das práticas de formulação e gestão política dos conhecimentos.

Para a discussão que estamos propondo, conforme indicamos em outro texto (Morello&Oliveira, 2006), as tecnologias se engendram como práticas sociais, entre elas, as práticas lingüísticas. Nesse sentido, as tecnologias da informação e comunicação podem ser especificadas enquanto procedimentos e formas de construção de conhecimentos nas línguas, e sobre elas, pelos que as falam. Conforme propõe Aurox (1992), podemos atribuir-lhes o estatuto de instrumentos lingüísticos de elaboração e circulação de saberes nas línguas, e como tais, instrumentos que transformam a ecologia das relações humanas.

Esta perspectiva conduz a reconhecer que há conhecimento tecnológico específico envolvido na produção de conhecimentos lingüísticos, ou seja, conhecimentos que se constituem na relação com a história dos falantes, que fundamentam não somente a descrição das línguas mas processos amplos de elaboração e socialização dos saberes.

No entanto, a articulação do instrumento a estes processos históricos de elaboração e socialização de saberes podem ser objeto de atenção de políticas, que podem, por sua vez, dimensionar um papel social para o instrumento. Pela ação política, o instrumento se torna dispositivo, instituindo uma nova prática legitimada pelo poder que a instituiu.

Neste sentido, a ancoragem política para a produção de conhecimento nas línguas e sobre elas é fundamental para que os instrumentos que a instituem operem como dispositivos. Trata-se, em nossa perspectiva, de produzir as condições para que conhecimentos aportados pelas diversas línguas ganhem o estatuto de *tecnologias sociais* no sentido proposto para as novas iniciativas na área das ciências tecnológicas, a saber: processos que “compreendem produtos, técnicas ou metodologias reaplicáveis desenvolvidas em interação com a comunidade e que representem efetivas soluções de transformação social” (www.mct.gov.br). Aprofundar uma discussão sobre as estratégias possíveis de atuação nessa direção se coloca, então, como um desafio para as políticas de diversificação das culturas e línguas nas línguas.

Entre as implicações sociais de iniciativas nesta direção, ganha relevância o fato de que as políticas para a diversificação dos usos das línguas ampliam os espaços de exercício do direito cultural uma vez que demanda, promove e reconhece um papel agentivo dos falantes. Conseqüentemente, é um processo que atua na direção de promover mecanismos de vinculação social, interferindo nos processos de memorialização das relações sociais e dos saberes que as constituem<sup>6</sup>.

Para as políticas de fomento das diversas línguas brasileiras, compreendemos que avançar nessa direção dimensiona, no âmbito governamental, um novo patamar de ação política implica observar relações de significação que

densificam a ação política, demandando atenção para outros aspectos ainda poucos contemplados nos programas propostos como é o caso do estatuto das línguas nos diferentes âmbitos em que circulam (Oliveira, 2003; Calvet, 2007) e sua importante articulação com a constituição de uma memória social.

#### 4. As divisões desiguais nas práticas de representação e participação política: intervenções na cultura política

Na perspectiva acima explicitada, as políticas de fomento da diversidade lingüística desencadeiam uma nova experiência de democratização de mecanismos de representação e participação de diversos segmentos sociais nos espaços de formulação, implementação e gestão de políticas públicas.

Na história das relações de poder que formam o Estado Brasileiro se estruturou uma divisão desigual desses espaços. Como se pode constatar a partir de aprofundadas análises dessa problemática<sup>7</sup>, os vínculos requeridos para uma efetiva representação e participação das variadas faixas das sociedades civis na formulação de políticas reproduziram um sistema de valores e modelos de grupos legitimados, excluindo historicamente desse espaço uma ampla faixa de brasileiros não participantes de tais grupos. Falamos de lutas políticas que se travam em várias arenas, e que reproduzem uma exclusão de base em relação a, por exemplo, minorias étnicas de negros e indígenas, ou mais genericamente, aos que vivem em regiões periféricas ou, se estão nos grandes centros, se nomeiam indigentes, moradores da rua, os bóia-fria, os migrantes de passagem breve por uma cidade, de destino provisório ou incerto. Além desses mecanismos, a oficialização da Língua Portuguesa produziu uma interdição histórica, explícita ou não, sobre a possibilidade de participação política de sujeitos cidadãos brasileiros falantes de outras línguas.

Essa situação é experienciada por nós como uma cultura política<sup>8</sup> sedimentada em uma prática de se considerar o cidadão e o espaço que habita a partir de uma divisão entre, de um lado, os que tomam parte da formulação e gestão das políticas e suas aparelhagens e, de outro, aqueles *outros* a quem essas políticas se destinam. Colocados como objetos de políticas, *esses outros* são tomados majoritariamente como objeto de atenção.

As atuais políticas públicas para a diversidade ficam assim expostas a essas múltiplas formas de divisão desigual. Sendo incontornáveis, estas divisões se refratam politicamente nos modos em que se configuram espaços de negociação entre as instâncias capazes de se representarem no diálogo institucional. A consequência é que, para atingir uma nova ordem de uma democracia participativa, as políticas públicas não só necessitam estabelecer diretrizes e instrumentos para fomentar a diversidade, como também devem dispensar atenção para implementar mecanismos que minorizem as disparidades e distorções no diálogo.

O investimento em políticas de sustentação da diversidade das línguas constitui, neste sentido, um desafio e uma abertura inovadora neste âmbito, porque exige que se coloque em foco as condições de emergência de novas posições a partir das quais os sujeitos cidadãos brasileiros possam se representar e se dizer em

suas línguas. Essa produção, em nosso ponto de vista, se organiza por uma relação com a história das sociedades, instituída pelas línguas praticadas pelos diversos grupos sociais. A mobilização de novas posições diz respeito, nessa perspectiva, a instrumentalização dos grupos sociais de modo a potencializar seu papel agentivo, respeitando as maneiras pelas quais pela linguagem, simbolizam o mundo e significam seus universos de valores e modos de vida.

Queremos com isso dizer que há um desafio específico, posto em perspectiva pelas políticas públicas de fomento da diversidade linguística, que é o de tocar nessa memória social erigida sobre divisões desiguais dos espaços, e que como tais, fundamentam as práticas políticas.

Se aqui estamos trazendo uma articulação inevitável entre as línguas e a memória social, o fazemos visando a destacar que a naturalização daquela divisão é parte de um funcionamento ideológico dos sentidos. A divisão entre *os uns* que tomam parte e *os outros* que são objeto se apresenta como uma fatalidade e uma necessidade para as políticas públicas. É uma divisão que estrutura o modo pelo qual o *outro desigual* está representado socialmente como naturalmente incapacitado de formulação. Por ela, há despojamento de um sentido de direito capaz de organizar simbolicamente as relações dessa parcela com o poder, já que se parte da divisão. Esse despojamento produz ao menos dois efeitos: i) justifica, como causa, as desigualdades históricas e as práticas de exclusão sócio-econômica-política (cujo enunciado seria: não têm direito porque não “sabe” lutar por ele) e ii) justifica, como efeito, um eterno retorno das políticas (não só do Estado) sobre os segmentos mais excluídos (é preciso cuidar dos que não têm direitos).

É pela ambivalência dessa divisão - que se apresenta ao mesmo tempo como a causa de uma necessidade histórica e um efeito dela - que se constituem as práticas políticas. As práticas linguísticas incidem sobre elas como espaços novos de formulação de sentidos pelos sujeitos, podendo desestabilizá-las. Uma relação que se dá então, pelo confronto, pela contradição. Nosso entendimento é que a diversificação dos mecanismos implicados em uma gestão diversificada da diversidade, mobilizada inelutavelmente pela relação com as línguas, caracteriza um desses espaços de confronto, e portanto, de possibilidade de abertura para novos e originais canais de formulação política.

## 5. Os vínculos sociais

Pelas línguas se constituem vínculos sociais, ou seja, modos de relação que os sujeitos estabelecem entre si e com o espaço habitado. Esses vínculos passam por vias de significação sutis, que se marcam em rituais e gestualidades compartilhadas. Em seu entrelaçado, as práticas sociais, inclusive as políticas, ganham espessura, atualizando e vitalizando, ou mesmo abandonando, as normativas previstas nos instrumentos legais. Desse ponto de vista, a naturalização das práticas políticas e dos procedimentos que elas instalam se confrontam com os modos pelos quais os sentidos circulam e os sujeitos se representam socialmente, engajados em diferentes discursos.

Queremos com isso dizer que um conjunto de mecanismos discursivos e técnico-administrativos conformam discursos dominantes que interpretam e organizam politicamente os conflitos sociais, naturalizando-os como parte da memória social compartilhada. Não se trata da memória individual, associada a uma vontade do sujeito de se lembrar ou esquecer fatos, sentidos, situações. É mais bem uma memória coletiva que, em sua natureza, se apresenta como transparente e não contraditória, ou seja, aparece como *desde sempre assim*. Em seu funcionamento, ela mobiliza processos de significação que articulam, como faces de uma mesma moeda, os domínios simbólicos (de subjetivação do sujeito) e a instrumentação técnico-administrativa<sup>9</sup> (de organização do mundo) que constituem as relações sociais. As políticas públicas angariam inúmeros recursos de administração dessa memória, dando visibilidade a certos pontos, silenciando outros. Dessa memória administrada faz parte, por exemplo, a “natural” divisão nos mecanismos de representação dos sujeitos nos espaços de diálogo político, que alimenta uma desigualdade primária nas relações políticas como dissemos.

O atual momento estimula uma reorganização nos mecanismos gestores dessa memória. A implementação de políticas lingüísticas propõe o agenciamento de novos mecanismos de representação de variados setores da sociedade. Mas esse agenciamento tem, por suporte, os vínculos sociais e os mecanismos que instalam. Os vínculos afetam a consecução de políticas públicas, interferindo em sua capacidade de estabelecer lastros identitários, não sendo apenas seus efeitos. A atenção sobre esses vínculos nos indica os modos de relação cultural que constituem os espaços simbólicos, compartilhados, desenhando redes de sustentação para as iniciativas das políticas públicas. Mais um desafio, portanto, mobilizado pelas atuais políticas para a diversidade.

## 6. Na abertura de um debate

Como procuramos mostrar, o atual investimento nas políticas para a diversidade lingüística e os desdobramentos que produz abre possibilidades de potencialização de iniciativas em prol de uma participação social ativa dos vários setores sociais no domínio das políticas. Em nosso ponto de vista, são mecanismos capazes de questionar os padrões reprodutores das divisões culturais desiguais nas políticas públicas no Brasil. Padrões que conformam uma cultura política a ser repensada e superada.

## Notas

<sup>1</sup> O Plano Nacional de Cultura do atual Governo Brasileiro dá as diretrizes para as políticas culturais e especifica as ações previstas a médio e longo prazo. Está em tramitação para votação no Congresso Nacional como Projeto de Lei no. 6835, de 2006.

<sup>2</sup> Cf. neste documento, as indicações para o Inventário das Línguas Brasileiras.

<sup>3</sup> Cf., o programa para o Inventário das Línguas Brasileiras em <http://www.cultura.gov.br/site>.

<sup>4</sup> Estamos aqui referindo ao modo pelo qual, no campo de estudos em análise do discurso (Pêcheux, 1990, Orlandi, 1987, por ex.), a língua é trabalhada pela relação com a história e a ideologia enquanto instância de constituição do sujeito e do sentido.

<sup>5</sup> A definição de Tecnologia Social é recente e vem sendo construída desde a década de 1970, quando se falava em “tecnologia apropriada”. Em 2005, o Ministério da Ciência e Tecnologia e parceiros



propõem a criação de uma Rede de Tecnologias Sociais que funciona como uma base de informações e divulgação das tecnologias disponíveis. No texto de apresentação da Rede, lemos que estas tecnologias “compreendem produtos, técnicas ou metodologias reaplicáveis desenvolvidas em interação com a comunidade e que representem efetivas soluções de transformação social. Considera que “tecnologia é uma construção social, que não é neutra, e que está sempre a serviço de um modelo de desenvolvimento que se busca estabelecer. Na idéia de reaplicação está implícito que, quando aquela solução for implementada em locais diferentes daquele em que foi desenvolvida, necessariamente, ela será recriada, novos valores e significados serão agregados. Reaplicar, portanto, é uma ação aberta ao novo. É um processo de ampliação de conhecimentos, pois durante a reaplicação vão se acumulando novos saberes (empíricos e/ou científicos). Conhecimento é o único produto que, quanto mais se distribui, mais cresce” (www.mct.gov.br).

<sup>6</sup> Tenho mobilizado a expressão “memorialização das relações sociais” para abordar o entrelaçamento e a tensão entre as práticas sociais já estabilizadas, a emergência do novo e os processos de subjetivação. Neste sentido é que se pode falar de tecnologização destas relações. (Morello, 2004 ).

<sup>7</sup> No que diz respeito às condições de representação e de constituição de novas posições, podemos dizer que vários desses estudos produzem uma crítica desse processo a partir de dois enfoques predominantes: i) um enfoque que alinhava as dinâmicas das relações de poder, e assim explicitam a configuração de uma cidadania “concedida”, que não subsidia a luta por representação política de boa parte de brasileiros; ii) um enfoque nas relações sociais que busca designar as formas pelas quais se produzem déficits da cidadania como direito coletivo. Confere, entre outros, os estudos de Salles: 1994, Cardoso:1996).

<sup>8</sup> A necessidade de considerar as políticas culturais face a uma cultura política no Brasil é tema recorrente. Chauí (1995) designará a forma dessa cultura política pela via dos mitos organizadores das relações sociais. Outra boa parte dos estudos em sociologia e antropologia indicarão a formas de constituição de uma cultura da dádiva (Sales, 1994) fundadora de uma cidadania concedida. Nesse texto, nosso recorte incide sobre os modos de se olhar o outro, o diferente, como parte de um processo de subjetivação coletivo, que funciona socialmente como natural e evidente.

<sup>9</sup> Por domínios simbólico e instrumentação técnico-administrativa assinalamos a complexa articulação entre saber fazer e poder fazer amplamente discutidos em estudos sociológicos.

## Referências bibliográficas

Auroux, S. 1992. *A Revolução Tecnológica da Gramatização*. Campinas: Editora da Unicamp.

Calvet, L. L. 2007. *As Políticas Lingüísticas*. São Paulo: Editora Parábola e IPOL.

Canclini, N. G. 2001. *Culturas Híbridas: estratégias para entrar y salir de la modernidad*. Buenos Aires: AR, Paidós.

Chauí, M. abril de 1995. “Cultura Política e Política Cultural”. In : *Estud. av. São Paulo*. vol.9. No. 23.

*Convenção sobre a proteção e a promoção da diversidade das expressões culturais, UNESCO. 2005.*

*Diversidade Lingüística do Brasil: relatório de Atividades do GTDLB, 2006/2007*

Lei nº. 145 de 11 de dezembro de 2002, dispõe sobre a co-oficialização das Línguas Nheengatu, Tukano e Baniwa, à Língua Portuguesa, no município de São Gabriel da Cachoeira/Estado do Amazonas. Em [www.ipol.org.br](http://www.ipol.org.br)

Morello, R. 2004. “Política científica e linguagens da tecnologia”. In : Morello, R. (org.), *Giros na cidade*. Campinas: Editora Labeurb/Unicamp.

- Morello, R. 2003. “Do Cultural ao Civilizado: quando o conhecimento nos transporta”. In *Produção e Circulação do Conhecimento: política, ciência, divulgação*. Campinas: CNPq/NJC/Pontes.
- Oliveira, L. R. C. de.1996. “Entre o Justo e o Solidário: os dilemas dos direitos de cidadania no Brasil e nos EUA (\*)”, In : *Revista Brasileira de Ciências Sociais*.
- Oliveira, G.M. & Morello, R. 2006. “Uma política patrimonial e de registro para as línguas brasileiras”. In : *Revista Patrimônio*: <http://www.revista.iphan.gov.br/materia.php?id=211>.
- Orlandi, E.P. 2000. *Análise de Discurso: Princípios e Fundamentos*. Campinas: Pontes.
- Orlandi, E.P. 1992. *As Formas do Silêncio: No movimento dos sentidos*. São Paulo: Ed.Unicamp.
- Pêcheux, M. 1999. “Rôle da la Mémoire”. In *Histoire et Memoire*. P. Achard, M-P. Gruenais, D. Jaulin (orgs), Actes de la Tables Ronde “Langage et Société”, ENS-Paris, Avril/1983. Trad. Bras. de Nunes, J.H. Papel da Memória, Pontes.
- Pêcheux, M. 1988. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. São Paulo: Ed.Unicamp.
- Ranciere, J. 1996. *O Desentendimento - política e filosofia*. São Paulo: Hucitec.
- Plano Nacional de Cultura*. 2007. Diretrizes Gerais, Câmara dos Deputados/MINC/ Governo Federal.
- Programa Cultural para o Desenvolvimento do Brasil*. MINC/Governo Federal. 2006.
- Sales, T. 1994. “Raízes da Desigualdade Social na Cultura Política Brasileira. In : *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. n. 25. ano 9. p. 26-37.
- Santos, B. de S. 2006. *A Gramática do Tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez Editora.
- Soares, I. V. P. 2008. “Cidadania Cultural e Direito à Diversidade Lingüística: A Concepção Constitucional das Línguas e Falares do Brasil como Bem Cultural”. In : *Revista Internacional Direito e Cidadania*. Revista 01.